

**NECROPOLÍTICA E CRISTOFASCISMO:  
SOBERANIA, VIOLÊNCIA E RELIGIÃO NA MANUTENÇÃO DA POLÍTICA  
BOLSONARISTA  
NECROPOLITICS AND CRISTOFASCISM:  
SOVEREIGNTY, VIOLENCE AND RELIGION IN THE MAINTENANCE OF  
BOLSONARIST POLITICS**

Victor Pereira Aversa\*

**Recebido: 01/03/21**

**Aprovado: 28/04/21**

**Resumo**

A presente pesquisa tem por objeto de estudo os desdobramentos da atual política brasileira, partindo da ideia de um “tripé do poder” – que se constitui da soberania, da violência e da religião –, onde este é utilizado para a manutenção de determinadas dinâmicas da política brasileira. O ator central deste “tripé do poder” seria o presidente Jair Bolsonaro que, como demonstrado no presente artigo, tem sua figura construída a partir da instrumentalização religiosa efetuada pela Frente Parlamentar Evangélica. Como fundamentação teórica utilizamos os conceitos de “Necropolítica” de Achille Mbembe e o “Cristofascismo”, trabalhado por Fábio Py. Concluímos que, para além de Bolsonaro, a instrumentalização da religião e da violência se apresenta como projeto ideológico para parcela dos políticos brasileiros, visando a manutenção da soberania e, enfim, do poder.

**Palavras-chaves:** necropolítica, cristofascismo, soberania, religião.

**Abstract**

The object of this research is the developments of the current Brazilian politics, starting from the idea of a “power’s tripod” – that consists of sovereignty, violence and religion, which is used for the maintenance of certain dynamics of Brazilian politics. The central actor of this “power’s tripod” would be President Jair Bolsonaro who, as demonstrated in this article, is shaped by the religious instrumentalization effected by the Evangelical Parliamentary Front. As a theoretical foundation we used the concepts of “Necropolitics” from Achille Mbembe and “Christfascism”, studied by Fábio Py. We concluded that, beyond Bolsonaro, the instrumentalization of religion and violence presents itself as an ideological project for a portion of Brazilian politicians, aiming to maintain sovereignty and, ultimately, power.

**Keywords:** necropolitics, christfascism, sovereignty, religion.

---

\* Victor Pereira Aversa é mestre em Ciência da Religião pela PUCSP e doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião da mesma universidade.

## **Introdução**

Em tempos de eleições presidenciais e crises econômicas, um dos temas mais discutidos e pensados é a questão do “futuro” do país em que se vive. Em meio as brigas partidárias, cisões internas dos espectros políticos, da corrida pelo marketing negativo de seus opositores e das elaborações de populismos rasos feitos às pressas, alguns eleitores e candidatos discutem um assunto que, aparentemente, se mostra importante para a manutenção de um Estado-nação moderno independente: a soberania.

A soberania muito foi estudada, analisada e desgastada na longa história da filosofia política, na qual se destacam alguns pensadores fundamentais, como é o exemplo de Thomas Hobbes. Em sua obra “Leviatã”, o pensador define a pessoa “soberana” como aquela “cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum” (HOBBS, 2004, p. 144).

Logo na sequência dessas afirmações, Hobbes distingue e nomeia aquelas pessoas que não agem de acordo, ou, não carregam consigo o chamado “poder soberano”, as colocando num canto oposto daqueles que têm esse poder. A essas pessoas, esses “restantes”, o pensador atribui o nome de “súditos” (HOBBS, 2004, p. 144). O súdito, aqui, é colocado como o “outro”, isto é, aquele que não tem e não faz parte do “poder soberano”. O seu papel nesta dinâmica, nesta relação, é o de atribuir e garantir a soberania daquele que tem poder.

Não que essa dinâmica seja estranha a nós, latino-americanos, visto que nossa história está intrinsecamente ligada à exploração e ao extermínio protagonizados pela corrida colonial. Hobbes, é importante lembrar, fala a partir de um contexto moderno europeu, com raízes naquilo que Dussel vai chamar de visão “helenocêntrica” do mundo (DUSSEL, 2012, p. 19). Portanto, do ponto de vista de Hobbes, considerando o contexto em que vive a Europa (após ter saído de sua condição periférica em comparação aos avanços científicos e tecnológicos do mundo árabe na Idade Média), pode parecer justificável que haja um ponto centralizador e todo poderoso que crie limites e imponha a sua justiça, mesmo que para isso seja preciso o emprego da força.

Aqui chegamos em um dos problemas principais deste estudo, onde nos debruçamos sobre a questão da violência como forma de manutenção dessa “soberania”. “Poder usar a força” (HOBBS, 2004, p. 144) pode parecer apenas mais uma afirmação assertiva de um filósofo ocidental moderno que se apresenta de maneira distante e perdida na história, sem se encaixar à nossa realidade atual. No entanto, o pensador camaronês Achille Mbembe nos mostra que essa relação entre “violência” e “soberania” ainda se faz viva e atual:

(...) a expressão máxima de soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder. (MBEMBE, 2018, p. 5)

Mbembe se expressa do lugar do explorado. O autor se preocupa não com a soberania do ponto de vista da autonomia e da ordem social, mas sim com aquela cujo projeto é a “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, p. 10-11). Tal “instrumentalização”, sabemos, fora utilizada pelo projeto colonial, em que corpos, culturas, religiosidades e espaços geográficos foram explorados visando o cumprimento de um objetivo, que era o da higienização moderna. Tal higienização é posta em prática, por exemplo, pelas mãos de Cortez e Pizarro que, impulsionados pela ganância, tomaram por instrumentos os nativos daquilo que fora chamado de “Novo Mundo”:

Finalmente, a população das ilhas do Caribe deixou de pagar tributos, pois desapareceu: os indígenas foram completamente exterminados nas lavagens do ouro, no terrível tarefa de revolver as areias auríferas com a metade do corpo debaixo d’água, ou lavrando os campos até a exaustão, com as costas dobradas sobre pesados instrumentos de arar trazidos da Espanha. Muitos indígenas da Dominicana se antecipavam ao destino imposto por seus novos opressores brancos: matavam seus filhos e se suicidavam em massa (GALEANO, 2020, p. 33-34).

Interessante observar que a colonização moderna, impulsionada pela euforia da razão e da intelectualidade, também era a missão na qual os reinos europeus, agora absolutistas (e religiosos), viam a necessidade de expansão. Expansão essa que compreendia desde a manutenção do mercantilismo, por meio do metalismo e do enriquecimento do reino por meio das reservas, até a própria expansão geográfica do reino, que vai desembocar na escravidão como forma lucrativa de exploração.

O que surge desta fórmula já é conhecido pelos estudiosos das teorias decoloniais: símbolos e estéticas “primitivas” devem ser substituídas por símbolos e estéticas “modernas”, incluindo a própria (se não principalmente) religião. “A espada e a cruz marchavam juntas na conquista e no butim colonial” (GALEANO, 2020, p. 41), o “soberano”, isto é, o rei, se fazia presente por meio do apelo religioso das missões colonizadoras, as tornando, dessa maneira, missões “sagradas”, com a presença marcante de representantes e autoridades da fé cristã.

Neste ponto, chegamos ao segundo problema analisado nesta pesquisa, que é o do emprego da estética e argumentação religiosa na manutenção da soberania. No entanto, os dois problemas apresentados nesta breve introdução não são, de maneira alguma, independentes um do outro. Em resumo, apresentamos aqui a manutenção da soberania por meio da violência. Essa violência, por sua vez, encontra a sua justificativa em uma argumentação religiosa. Essa “tríade” apresentada (soberania, violência e religião) não se mostra solta de qualquer outro aspecto, mas está, no caso desta pesquisa, fundamentada em um contexto de Brasil, país localizado no “Novo Mundo”, construído a partir da exploração, sendo colocado do lado dos “súditos”, e não do “soberano”.

Por fim, chegamos ao ponto culminante da pesquisa, em que fazemos um salto temporal e analisamos o Brasil atual, onde, mais do que nunca, o soberano se mantém de pé por meio do sentimento religioso. O apelo religioso, aqui, se dissipa por todos os lados, se disseminando, ainda que de maneira difusa, nos mais diversos campos sociais e ideológicos. A propaganda, poderosa ferramenta da contemporaneidade, garante com que os símbolos e a estética própria do soberano ganhem um quê de realidade em detrimento da criação (neste caso, um tipo de revisão) de um inimigo poderoso, quase que um ente metafísico, como o “comunismo”, por exemplo.

### **1. O tripé do poder: soberania-violência-religião**

Neste item procuramos analisar os entrelaces dos conceitos de soberania, violência e religião na sustentação do poder. Soberania, violência e religião se apresentam como um tripé que sustenta e mantém a dinâmica do poder. Neste movimento os três conceitos se misturam, cada qual fazendo parte ou participando da

dinâmica do outro. A seguir, vamos apresentar essa relação em “rede” daquilo que chamamos “tripé do poder”.

Em primeiro lugar tomemos a soberania como objeto de análise. Como dito anteriormente, Thomas Hobbes, em seu “Leviatã”, explora a questão da soberania dentro de uma perspectiva de Estado forte e presente na vida das pessoas. Hobbes faz parte do grupo dos pensadores contratualistas<sup>1</sup>, isto é, daqueles que estudam a relação entre os seres humanos e de qual a melhor maneira destes serem governados. Em outras palavras, Hobbes e os outros contratualistas buscam compreender um certo tipo de “contrato social” entre as pessoas, aquilo que garante com que as pessoas não se matem, simplesmente, ou ainda aquilo que garante com que as pessoas tenham uma relação que mantenha a integridade do ideal de “civilização”.

Em Hobbes podemos encontrar o entrelace entre a soberania e a religião, pois é na noção divina que o governante terá a sua soberania garantida. Além disso, todo o Estado hobbesiano é “banhado” pela noção religiosa, garantindo uma preconcepção do estatuto soberano do governante por parte da própria população. Para melhor entendermos este ponto, vejamos como Hobbes atribui poder ao grande Leviatã que é o Estado:

A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda sua força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade. O que equivale a dizer: designar um homem ou uma assembleia de homens como representante de suas pessoas, considerando-se e reconhecendo-se cada um como autor de todos os atos que aquele que representa sua pessoa praticar ou levar a praticar. Em tudo o que disser respeito à paz e segurança comuns; todos submetendo assim suas vontades à vontade do representante, e suas decisões à sua decisão.

(...) Feito isso, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado, em latim *civitas*. É esta a geração daquele grande Leviatã, ou antes (para falar em termos mais reverentes) daquele Deus Mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus Imortal, nossa paz e defesa” (HOBBS, 2004, p. 144).

É interessante pontuar aqui a ideia de “Deus mortal” e “Deus imortal” que Hobbes emprega em sua explicação, pois neste ponto já é explicitada a interdependência

---

<sup>1</sup> Deste grupo, além de Thomas Hobbes, também fazem parte Jean-Jacques Rousseau e John Locke.

da soberania com o divino. O soberano, neste ponto, é comparado à Deus, mesmo que estando sob seu domínio (abaixo dele). Apesar desta distinção hierárquica, ainda assim, o soberano é Deus, o “Deus mortal”, e cabe à população venerá-lo e respeitá-lo.

Mais adiante Hobbes ainda vai tornar mais clara essa submissão que o povo deve ao seu soberano, e faz isso evocando, novamente, a autoridade de Deus. Vejamos, no trecho a seguir, de onde provém essa “qualidade divina” da soberania do governante:

Quer os homens queiram, quer não, têm de estar sempre sujeitos ao divino poder. Negando a existência, ou a providência de Deus, os homens podem perder seu alívio, mas não libertar-se de seu jugo.

(...) Pois só governa propriamente quem governa seus súditos com a palavra e com a promessa de recompensa àqueles que lhe obedecem, e com a ameaça de punição àqueles que não lhe obedecem (HOBBS, 2004, p. 263).

Por fim, não cabe ao ser humano escolher estarem submetidos ou não ao poder divino. O poder divino está lá, ele existe e é verdadeiro. Já ao indivíduo, cabe a ele crer e aceitar esse poder. Este é o mesmo poder que rege os povos e que governa os súditos, sendo aquilo que vai garantir o poder do próprio governante; é aquilo que vai garantir a soberania dele. Essa soberania será expressa por meio da recompensa e da punição, sendo a primeira dirigida àqueles que obedecem e aceitam seu soberano, e a segunda àqueles que desobedecem.

É neste ponto que Hobbes faz a distinção definitiva dos súditos a partir de uma noção estritamente religiosa. Segundo o autor, aqueles “que acreditam haver um Deus que governa o mundo e que deu preceitos e propôs recompensas e punições para a humanidade, são os súditos de Deus; todo o resto deve ser compreendido como seus inimigos” (HOBBS, 2004, p. 264).

Essa noção de “inimigo” vai nos servir de apoio mais adiante quando formos tratar especificamente da política bolsonarista. Ela também vai nos abrir caminho para outra noção de soberania, dessa vez trabalhada por Mbembe, onde o autor vai falar do lugar do súdito, isto é, daquele que é explorado. Pois sabemos como essa distinção entre “súditos de Deus” e “inimigos” foi empregada na exploração europeia da América durante a corrida mercantilista por metais preciosos. Aqueles seres humanos que aqui estavam não eram tão humanos quanto os europeus, visto que, enquanto “selvagens”,

não havia ali a aceitação do Deus verdadeiro. Esse detalhe os colocava ao lado do inimigo, e não dos súditos de Deus.

Mbembe compreende a soberania como o “matar ou deixar viver” (MBEMBE, 2018, p. 5), ou, em outras palavras, o soberano é aquele que tem o poder de matar, mas também é aquele que tem o poder de escolher quem vai viver. O soberano, em Mbembe, é como um senhor da morte, que vai se utilizar da política para exercer o seu poder. A essa maneira de fazer política o autor vai dar o nome de “Necropolítica”.

Em Hobbes poderíamos evocar um direito divino do soberano sobre o povo, porém, em Mbembe, já tratamos de tempos mais atuais, onde não necessariamente um Estado reclama para si um estatuto divino. Portanto, como que o soberano torna autêntico o seu direito de matar? A esta questão Mbembe vai responder: a guerra.

A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. Se considerarmos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou massacrado)? Como eles estão inscritos na ordem do poder?”

(...) Como se sabe, o conceito de estado de exceção tem sido frequentemente discutido em relação ao nazismo, ao totalitarismo e aos campos de concentração/extermínio. Os campos da morte em particular têm sido interpretados de diversas maneiras, como a metáfora central para a violência soberana e destrutiva e como o último sinal do poder absoluto negativo (MBEMBE, 2018, p. 6-7).

Em uma guerra há o que chamamos de “estado de exceção”, que é quando autoridades decretam um estado de emergência que faz sair da normalidade o estado democrático de direito e torna possível medidas que vão contra os pilares que tornam possível este estado democrático. Giorgio Agamben, em sua obra *Estado de Exceção*, mostra como o totalitarismo moderno se expressa, na realidade, pelo poder de impor este estado de exceção e, por meio deste estado, acaba por instaurar uma “guerra civil legal” (AGAMBEN, 2004, p.12). Este estado de exceção acaba por se transformar em paradigma moderno para os Estados contemporâneos, mesmo que ditos democráticos, como visto no trecho a seguir:

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não

integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos.

Diante do incessante avanço do que foi definido como uma “guerra civil mundial”, o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo (AGAMBEN, 2004, p. 12-13).

A partir dessa “mudança” de paradigma político, ainda que disforme, entre o estado democrático de direito e o absolutismo, abrindo espaço para medidas legais pautadas em um estado de exceção “velado”, a postura do Estado para com o povo corre o risco de se tornar, não só pragmática, mas também desumana. Inúmeros são os exemplos possíveis para ilustrar essa dinâmica, como o próprio Hitler na Alemanha, com sua “solução final”, transformando os judeus em números e tentando tirar-lhes toda a humanidade. Podemos, também, dar o exemplo de Bolsonaro, que por meio de seus discursos agressivos e sectários acaba por motivar e validar ações de seus seguidores e apoiadores que vão contra o estado democrático de direito. Podemos dizer o mesmo para a sua postura completamente indiferente diante de uma pandemia na qual, sabemos, levava (e ainda leva quando escrevemos) a vida de milhares de pessoas, tudo isso a troco de uma dantesca “salvação” da economia. A este respeito trataremos mais adiante.

Neste ponto podemos considerar que muitas são as justificativas para esses atos de violência, ainda que o Estado não necessariamente precise se explicar para a população quando o que está em jogo é a soberania. Já vimos em Hobbes que a soberania pode ser garantida por Deus; vimos em Mbembe que a soberania pode justificar o uso da violência e que a violência, por sua vez, pode garantir a soberania; e agora, podemos dizer, também, como a violência pode ser divina, isto é, pode ser justificada pela ideia de que esta está sendo feita em nome ou por meio de Deus.

Para Zizek, “a violência divina representa as intrusões brutais de uma justiça para além da lei” (ZIZEK, 2014, p. 141), ou seja, o autor afasta as noções de justiça e



lei. A lei dos seres humanos, sendo ela material e, portanto, profana, está submetida à justiça de Deus. O autor, ainda em sua obra *Violência*, por meio de exemplos a partir de filmes e relatos sobre o “11 de setembro”, mostra como existem diferentes visões para justificar uma mesma violência vindo de Deus. Em alguns casos, consideram o “11 de setembro” como um castigo de Deus ao povo estadunidense, em função dos seus excessos e do seu modo de vida pecaminoso. Em outros casos, consideram esse episódio como uma “benção disfarçada” (ZIZEK, 2014, p. 144) de Deus, para que a população acordasse de seu sono moral e mostrassem o que tinham de melhor dentro de si (ZIZEK, 2014, p. 144).

Deste modo, o tripé soberania-violência-religião pode ser utilizado para sustentar o poder, de maneira que estes três conceitos se unem para manter o Estado forte e intocável, envolto de uma aura quase mítica: heroica para seus aliados, mas destrutiva para todos aqueles que estão de fora. Mikhail Bakunin tece duras críticas a essa dinâmica, mostrando que o poder exercido pelos “representantes” de Deus, mediante uma polarização entre o que é divino e o que é profano, justifica a violência empregada pelo soberano:

Deus sendo tudo, o mundo real e o homem não são nada. Deus sendo a verdade, a justiça, o bem, o belo, a força e a vida, o homem é a mentira, a iniquidade, o mal, a feiura, a impotência e a morte. Deus sendo o senhor, o homem é o escravo. Incapaz de encontrar por si próprio a justiça, a verdade e a vida eterna, ele só pode alcançar isso por meio de uma revelação divina. Mas quem diz revelação diz reveladores, messias, profetas, padres e legisladores inspirados pelo próprio Deus; e esses, uma vez reconhecidos como os representantes da divindade sobre a Terra, como os santos instituidores da humanidade, eleitos pelo próprio Deus para dirigi-la em direção à via da salvação, exercem necessariamente um poder absoluto. Todos os homens devem-lhes uma obediência passiva e ilimitada, pois contra a razão divina não há razão humana, e contra a justiça de Deus não há justiça terrestre que se mantenha. Escravos de Deus, os homens devem sê-lo também da Igreja e do Estado, enquanto esse último for consagrado pela Igreja (BAKUNIN, 2011, p. 19-20).

Tendo apresentado e definido os conceitos que integram o “tripé do poder” (soberania, violência e religião), agora podemos trazer a discussão para o tema central da pesquisa, que é a manutenção da política bolsonarista enquanto establishment. No próximo item abordaremos o modus operandi de Bolsonaro a partir da *Necropolítica* de Mbembe.

## 2. A necropolítica bolsonarista

Nesta pesquisa partimos da hipótese, apoiados em Mbembe, de que “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p. 5), em outras palavras, o soberano é o senhor da morte, e a morte é o ponto de equilíbrio e a medida da coisa política. Porém, na prática, qual é o sujeito que aplica essa dinâmica no cotidiano e no meio social? Qual é o veículo utilizado por esse sujeito para viabilizar a prática desta soberania? Vimos em Mbembe que este veículo é a política, e viabilização desta dinâmica se dá na guerra:

A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. Se considerarmos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar e dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou massacrado)? Como eles estão inscritos na ordem do poder?” (MBEMBE, 2018, p.6-7).

Bolsonaro utiliza a retórica bélica para se afirmar, escolhendo um inimigo e firmando a impossibilidade de um meio termo entre os dois lados. É por meio da “guerra” que sua imagem vai se construindo, mesmo antes de sua chegada ao poder: a guerra entre Bolsonaro e os “comunistas”. Podemos aproximar esse discurso bolsonarista ao conceito de “inimizade” de Mbembe (MBEMBE, 2018, p. 17), onde o autor mostra que essa relação de inimizade é vai abrir caminho para o “direito de matar” (MBEMBE, 2018, p. 17).

Aqui, “comunistas” não são, de fato, aqueles que deveriam assim serem chamados (aqueles adeptos do modelo comunista de sociedade). O comunismo, aqui, surge como um ente metafísico, fora da matéria, uma ideia, que serve de bode expiatório e justificativa para uma retórica violenta. Por “ente metafísico” entendemos aquela ideia geral que se cria de alguma coisa ou de algum grupo, na qual podemos recorrer para justificar determinadas ações, medos, falas ou, até mesmo, crimes.

Quem são os “comunistas” na visão bolsonarista? São todos aqueles que não são Bolsonaro. Dentro deste grupo estão todos aqueles considerados inimigos nesta guerra: a “petralhada”, as feministas, os grupos LGBTQ+, os ativistas pelos direitos da

população negra, as pessoas que defendem a ideia de um Estado laico, a população indígena, a população quilombola, entre tantos outros seres humanos que são ou foram alvo de sua fala ou política hostil.

Vale ressaltar que essa análise está pautada em falas do próprio Bolsonaro. Não é difícil escolher algumas amostras para análise, dada a grande quantidade de falas preconceituosas que o atual presidente proferiu durante os anos. Algumas frases, como a proferida na votação pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016, demonstra o processo de desumanização e violência próprios da dinâmica de criação do inimigo. Nesta ocasião, o então deputado federal Bolsonaro, em poder da palavra, resolve dedicar seu voto ao torturador coronel Ustra, sob a alcunha de “o terror de Dilma Rousseff”<sup>2</sup>.

Seria de se esperar que algo desse tipo não só fosse visto com mal olhos pela sociedade, como também acarretasse algum tipo de consequência. No entanto, pela energia política dominante na época, o chamado antipetismo, essas palavras podem ter sido uma das portas de entrada para que o capital político de Bolsonaro crescesse. Também podemos encontrar racismo em seu discurso, como na palestra de Bolsonaro no Clube Hebraica no ano 2017, onde o próprio se refere aos quilombolas de maneira desrespeitosa, dizendo: “Eu fui em um Quilombo em Eldora Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais.”.

A preocupação de Mbembe é “com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e civilizações” (MBEMBE, 2018, p. 10-11). O autor faz a distinção entre uma soberania que pode vir a ter uma preocupação legítima, como uma luta pela autonomia, mas, por outro lado, existe aquela soberania cujo foco principal é o poder, mesmo que para isso seja preciso a degradação humana.

---

<sup>2</sup> Todas as falas de Bolsonaro foram extraídas de gravações feitas por emissoras de televisão ou em entrevistas em canais de internet. Junto às referências bibliográficas dedicaremos um espaço para disponibilizar os endereços eletrônicos de acesso a esses vídeos.

A partir desta fala de Mbembe fica claro que o *modus operandi* bolsonarista é o de manter uma soberania a partir da degradação humana, fruto da violência que é própria da Necropolítica. Degradação humana, esta, que se expressa por meio de sua fala e de suas políticas públicas, agindo como se estivéssemos em um contexto de guerra onde o emprego da violência seja necessário.

Mas como essa política destrutiva consegue se manter? Há uma justificativa “maior” que se apresente a fim de assegurar uma determinada “lógica” da figura de Bolsonaro para com seus seguidores e apoiadores? Acreditamos que sim. O pano de fundo da Necropolítica bolsonarista é a motivação religiosa. No próximo item abordaremos o conceito de Cristofascismo e como ele tem ligação direta com a Necropolítica bolsonarista.

### **3. O Cristofascismo**

Até então pudemos observar como uma retórica violenta, mesmo antes de subir ao poder, fez com que Bolsonaro fosse construindo a sua figura pública. No entanto, ainda não vimos como essa retórica agressiva se mantém, mesmo depois de Bolsonaro tomar o poder. Ainda mais, como é possível manter uma base sólida de apoiadores, mesmo depois de tantos posicionamentos destrutivos e desmonte das pastas ministeriais? Vale lembrar que o presidente, logo no início de seu mandato, escolheu para encabeçar os ministérios justamente pessoas que criticavam ou mantinham uma postura contraditória para com as pastas nas quais foram atribuídos como ministros. Talvez seja por meio da ideia de “Cristofascismo”, trabalhada pelo teólogo Fábio Py, que conseguiremos as respostas para essas questões.

É nesse contexto de articulação cristã que se deve reconhecer que nunca na história do Brasil um governo se assumiu “extremamente cristão”. Bolsonaro diz que o “Brasil é laico, mas o presidente é cristão”, o que é um acinte. Esse discurso é muito pouco problematizado em termos oficiais e nas instituições do Estado brasileiro.” (PY, 2020)

A figura de Bolsonaro ganha força em meio ao golpe de 2016 contra a então presidente Dilma Rousseff. Porém, por trás de sua figura individual, anterior ao bolsonarismo enquanto uma forma de fazer política, está a Frente Parlamentar

Evangélica (FPE). Segundo Py, “a Frente Parlamentar Evangélica é uma larga composição política formada por religiosos evangélicos e simpatizantes das pautas conservadoras cristãs” (PY, 2020, p. 11). Essa “Frente”, segundo o autor, busca suas pautas nas noções de “família tradicional brasileira” e “homens de bem” (PY, 2020, p. 11).

A Frente Parlamentar Evangélica agirá como principal base política de Bolsonaro nas eleições de 2018, acumulando capital político por meio da retórica religiosa. Aqui já podemos ver traços claros da justificativa religiosa para as ações políticas. Bolsonaro é a figura que vai sintetizar todo um corpo ideológico que já existia na política brasileira, mas que ainda não se concretizava partidariamente ou ainda não ganhara uma personificação. Sobre o perfil da Frente Parlamentar Evangélica, Fábio Py afirma que:

(...) a maioria dos integrantes são formados de profissionais liberais, homens, quase sempre. Já as mulheres da Frente estão na faixa superior aos 40 anos. Em termos denominacionais, a maioria dos parlamentares são membros de igrejas ligadas às tradições pentecostais. Também, grande parte dos deputados e senadores são membros de partidos políticos de direita, tendo a “Assembleia de Deus” como denominação com o maior número de representantes” (PY, 2020, p. 13).

Importante destacar que a figura de Bolsonaro passou por uma “construção” antes das eleições de 2018, tendo se aproximado mais ao público evangélico e pentecostal, se convertendo (pois era católico) e sendo batizado no Rio Jordão. Toda essa construção arquetípica e o apelo religioso fazem parte do culto à personalidade do soberano. Vimos isso acontecer por diversas vezes durante o século XX, como são os casos de Mussolini, Hitler, Franco e o próprio Vargas. Outra característica presente na construção dessas personalidades é a evocação de um passado mítico e heroico, como podemos ver no discurso bolsonarista sobre a época da ditadura militar no Brasil.

A aproximação entre religião e regimes autoritários foi uma constante no século XX, afinal, diferente do velho regime, o fascismo necessita de um fator externo para validar o poder, coisa que as monarquias absolutistas tinham em sua própria estrutura (a exemplo da sucessão hereditária do poder). Vejamos a explicação de Py do termo “Cristofascismo”:

Indico que o “cristofascismo brasileiro” se relaciona com a reflexão da teóloga alemã Dorothee Sölle (1970), que criou a expressão diante da análise do nazismo alemão e dos supremacistas brancos dos EUA. Hitler, como Bolsonaro, tinha uma relação próxima com crentes. Ao cunhar o termo, Sölle se preocupou em apontar as relações de integrantes do partido nazi com as igrejas cristãs no desenvolvimento do estado de exceção alemão, quando o governo nazista se utilizou das relações e das terminologias cristãs para sua composição, assim como se reconhece hoje no bolsonarismo.

Hitler utilizava jargões cristãos como chaves de seus discursos tais como o próprio “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João 8,32), e “criou Deus, o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher criou” – para defender a família tradicional cristã alemã (Sölle, 1970). Hitler também fez conferências em reuniões cristãs (luteranas, católicas e confessantes), relacionou-se com pastores e padres – entre os luteranos se destacam os pastores Walter Hoff, Rudolf Kittel, Prospt Ernst Szymanowski, que criaram o que o regime imperial chamava de “cristianismo positivo”. Embora, todos esses elementos sejam importantes para o termo cristofascismo, Dorothee Sölle (1970), como teóloga mística, estava mais preocupada com as correlações do nazismo com os movimentos fundamentalistas racistas dos EUA.

(...) O cristofascismo brasileiro será uma teologia do poder autoritário de traços fascistas no Sul” (PY, 2020, p. 28).

Portanto, a partir da explicação de Py acerca do termo “cristofascismo brasileiro”, é possível afirmarmos que o modelo político de Bolsonaro, aquele no qual vai servir de verdadeiro estímulo para suas ações, é a Necropolítica, tal qual Mbembe nos aponta. Afinal, a Necropolítica se ocupa da morte e da vida, por meio do controle e opressão de corpos, que é o exato teor do discurso bolsonarista. Já o “Cristofascismo” vai ser o tema que justifica toda a violência e agressão por parte de Bolsonaro e sua equipe.

Assim, o dispositivo autoritário do bolsonarismo se projeta a partir da associação ao religioso, para defender uma concepção simplificada de família para a eliminação de seus adversários, bem como os indesejáveis, neste caso, aqueles que não se adequam ao projeto moral de nação estabelecido” (PY, 2020, p. 29).

A moral cristã, portanto, além de justificativa para a violência, serve para medir quem é digno de existir e quem não o é. Os setores contrários ao bolsonarismo automaticamente são jogados para o campo do “mal”, isto é, para aquilo que “não é de Deus”. Se não é de Deus, não é de bem; se não é de bem, não é moral e, portanto, não faz parte do “nosso governo”. Voltamos àquela ideia dos “comunistas”.

#### **4. Política de extermínio na pandemia**

A partir daqui faremos uma livre análise das políticas bolsonaristas em meio à crise do vírus COVID-19. Muito se indaga sobre o papel da pandemia na manutenção de Bolsonaro no poder. Neste ponto, é preciso compreender como a pandemia influenciou o governo, de maneira positiva ou negativa.

De pronto podemos afirmar que a pandemia trouxe uma diminuição da base aliada de Bolsonaro. Tão logo, ele resolve aumentar o “tom de seu discurso cristão” (PY, 2020, p. 24) e, ainda segundo Py, “em resposta ao contexto mundial e brasileiro de pandemia da COVID-19, acirrou ainda mais a associação de seu governo ao cristianismo, evocando uma espécie de guerra dos Deuses” (PY, 2020, p. 24).

Na semana da Páscoa deste ano (2020), os aliados do presidente retomaram uma alegoria que já havia sido feita em julho do ano anterior, em que compravam Bolsonaro à figura de Jesus Cristo. Segundo Py, “a alegoria da Páscoa foi utilizada para uma nova construção da imagem de Bolsonaro, a do servo sofredor que venceu a morte para defesa da nação” (PY, 2020, p. 25).

É dessa maneira, simplificando o cenário político de forma maniqueísta, se colocando como o “líder cristão”, que Bolsonaro sustenta a sua Necropolítica: tenta manter a soberania empregando o negacionismo diante da pandemia; perpetua uma retórica agressiva para com aqueles que não estão do seu lado e, por fim, se utiliza da religião para justificar suas ações e intenções autoritárias.

Seu cristofascismo se promove por meio de uma teologia política autoritária (Agamben, 2013), pautada hoje no clima apocalíptico do coronavírus, baseada no ódio à pluralidade democrática. Esse ódio é salpicado por técnicas governamentais de promoção da discriminação, do ódio aos setores heterodoxos. Diante da expansão do coronavírus no Brasil, foi somado sua característica antidemocrática ao discurso economicista como justificativa eugenista (Butler, 2020) para a explícita permissão da política da morte – a necropolítica discutida pelo filósofo camaronês Mbembe (2014), cujos alvos são os pobres, os mais velhos, os diabéticos e os hipertensos.

A artimanha construída pela cúpula do presidente cristofascista o desenha numa cristologia profana, apontando-o como messias, servo sofredor, ungido e eleito da nação (Py, 2019; 2020). Faz isso para reagrupar as forças a fim de manter, a duras chicotadas, a implementação de medidas ultraliberaís que hoje entregam à morte os mais vulneráveis. Ao reeditar características cristológicas sobre a trajetória de Bolsonaro, visam sensibilizar setores

religiosos para apoiar as atitudes irresponsáveis da relativização da quarentena da COVID-19 (PY, 2020, pp. 29-30).

Aqui o autor aponta a questão do “clima apocalíptico” em que vive o país, e como Bolsonaro se aproveita desse contexto para manter sua política de degradação humana, sobretudo se apoiando em uma argumentação economicista, de números, em detrimento dos sacrifícios humanos que serão necessários para salvar a economia do país. Entendemos que, em tempos de crise como este, o ator político no poder sempre poderá ter a chance de encontrar novos inimigos para culpar. A exemplo disso, vemos como a China logo foi culpabilizada pelo vírus, envolta em uma cúpula de mentiras (as modernas *fakenews*) e teorias da conspiração.

Novamente o pensamento de Mbembe se faz presente em Py, quando o autor afirma que a relativização da quarentena por Bolsonaro acaba “colocando em risco partes da população que podem ser descartadas, mortas” (PY, 2020, p. 30). Nós sabemos quais são essas “partes” da população. São aquelas que necessitam atravessar a cidade para chegar no trabalho; aquelas que precisam pegar quatro, cinco, até seis ônibus ao dia para se locomover; aquelas que são lembradas somente em época de eleição ou quando grandes empresas precisam de um estoque de corpos para mão de obra; enfim, aquelas que não conseguem cumprir a quarentena, pois precisam trabalhar para não perder seus empregos.

Bolsonaro se aproxima das ideologias eugenistas (PY, 2020, p. 30) do século XX ao relativizar o perigo do vírus, relativizar a quarentena e, mais atualmente<sup>3</sup>, dificultar com que as vacinas cheguem à população. Concordamos com Py quando este afirma que Bolsonaro “deve responder pelas centenas de mortes que já são contabilizadas no território brasileiro como vítimas da COVID-19” (PY, 2020, p. 30), sendo tal displicência considerada um crime contra a humanidade.

A consequência de tudo isso se mostra nos números de casos e mortos pelo vírus COVID-19. Como se não bastasse, Bolsonaro de utiliza de retórica pautada em conjecturas e teorias conspiratórias para negar os dados empíricos, abrindo espaço para

---

<sup>3</sup> Estamos escrevendo essas linhas no dia 05/12/2020. Há alguns dias, o presidente Bolsonaro, por meio de manobras políticas, tentou dificultar abertamente com que a vacina fosse aprovada. A vacina segue sendo objeto ideológico, não só pelo presidente, como também por alguns governadores.



que seus apoiadores façam o mesmo. Neste contexto, sua maneira de fazer política se torna uma política de extermínio, ao passo que acaba por validar as ações anticientíficas, xenófobas, conspiracionistas e negacionistas de seus apoiadores e aliados, que vão desembocar no aumento da disseminação do vírus.

Por fim, é importante pontuar que a disseminação do vírus é desigual dentre a população, como dito anteriormente, visto que as pessoas que mais estão sofrendo com a doença são aquelas que mais estão expostas no dia a dia. Segundo Mbembe, “a pandemia democratizou o poder de matar” (MBEMBE, 2020), isto é, o poder deixar viver ou deixar morrer, próprio da Necropolítica, foi viabilizado em grande escala. Muito disso se deve às ações e discursos vindos de Bolsonaro, que acabam por “dar carta branca” para que a população aja da mesma maneira.

### **Conclusão**

A partir desta pesquisa pudemos analisar, de maneira mais geral, uma de tantas possibilidades de manutenção do poder. A esta demos o nome de “tripé do poder”. Este “tripé”, composto pela soberania, pela violência e pela religião, pode ser entendido como uma “rede” que interconecta os três conceitos trabalhados.

A partir deste tripé, e depois nos apoiando, principalmente, na Necropolítica de Mbembe, pudemos compreender como o soberano busca e mantém o poder a partir da instrumentalização de corpos, agindo como senhores da morte, onde a soberania é garantida a partir do deixar morrer ou do permitir viver. A partir desta ideia, aliada ao conceito de “Cristofascismo” trabalhado pelo teólogo Fábio Py, pudemos compreender a maneira na qual Bolsonaro age politicamente, instrumentalizando (politizando) corpos e vidas, dando abertura aos seus apoiadores para que façam o mesmo.

É importante pontuarmos aqui que consideramos essa “fórmula” desligada e independente de qualquer figura ou personalidade. Em outras palavras, esse modo de fazer (necro) política não é uma característica essencial de tão somente um ou dois indivíduos, mas sim se apresenta de maneira mais ampla e enraizada no cenário político

brasileiro, como um “ideal” de poder. Bolsonaro foi a figura certa no lugar e momento certos, no entanto, poderia ter sido outra personalidade a ser construída para este fim.

Por fim, é importante que as atenções se mantenham voltadas para estas questões, pois, a partir do que foi apresentado aqui em relação à construção de Bolsonaro e de onde ela partiu, concluímos que, ainda que este deixe o poder, o ideal de poder que o inventou e que está enraizado em parte da política brasileira, ainda estará presente e ativa.

### Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. *Estado de exceção: homo sacer II*, 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

BAKUNIN, M. *Deus e o Estado*. São Paulo: Hedra, 2011.

DUSSEL, E. *Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HOBBS, T. *Leviatã ou Matéria: forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2004.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2020.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N1 Edições, 2018.

PY, F. Cristofascismo: uma teologia do poder autoritário. A união entre o bolsonarismo e o maquinário político sócio-religioso. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/600150-cristofascismo-uma-teologia-do-poder-autoritario-a-uniao-entre-o-bolsonarismo-e-o-maquinario-politico-socio-religioso-entrevista-especial-com-fabio-py>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

ZIZEK, S. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.

### Sites visitados:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/> - acesso em 26/11/2020

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica-ck8fpqew2000e01ob8utoadx0.html> - acesso em 26/11/2020

<https://www.youtube.com/watch?v=KczwxvO3-iE> – acesso em 09/12/2020